

Cultura política republicana: sociabilidade e mobilização eleitoral na República Velha (Porto Alegre 1889-1930)

Ricardo de Aguiar Pacheco*

RESUMO: Este artigo procura apontar traços de continuidade entre as representações e práticas articuladas pela sociedade de Porto Alegre para a interpretação e atuação na vida política da República. Apontamos a formação de entidades representativas, a promoção de manifestações e o uso dos espaços públicos como elementos característicos de uma cultura política republicana.

RESUMÉ: Cette article cherche tailler traces de continuité entre les représentations et pratique articulées par le société de Porto Alegre par le interpretation et performance dans la vie politique de la République. Nous indiquons la formation de entités représentatif, la promotion de manifestacions et le esage de l' espace publique comme élément caractéristique de une culture politique repucliquenee.

Em estudo anterior sobre as representações e práticas políticas da população de Porto Alegre no contexto da consolidação do regime republicano percebemos uma intensa mobilização popular em torno das questões e polêmicas políticas do período.¹ Nesse estudo identificamos a existência de uma intensa disputa simbólica pela legitimação de determinadas práticas e representações sociais como elementos constitutivos da identidade do cidadão. A saber, nesse período os porto-alegrenses pleitearam, através de diferentes manifestações a definição dos mecanismos legítimos para o exercício da cidadania na República.

O presente artigo tem como objetivo básico avaliar o quanto desses elementos, identificados nos primeiros anos da regime republicano, se mantém presentes ao da final da República Velha. Ou antes, quais as permanências e/ou rupturas podem ser observados nas representações e práticas socialmente articuladas no campo político tanto no início (1889) como no fim da Primeira República (1930) em Porto Alegre.

Julgamos que, caso seja possível encontrar elementos comuns aos dois momentos extremos da República Velha – consolidação da República e segunda metade da década de 20 –, poderemos apontar reflexões para a investigação da cultura política da República Velha Gaúcha. E com a identificação desses elementos poderemos entender melhor tanto aquele momento do passado como o nosso tempo presente. Dito de outras formas, poderemos elaborar questionamentos sobre as “estruturas de significados soci-

* Doutorando em História pela UFRGS; Professor da Universidade de Caxias do Sul; Professor da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

¹ PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.

almente estabelecidas² pela população de Porto Alegre para decodificar o processo político concretamente vivenciado. Poder-se-a, assim, traçar as características de uma cultura política particular existente na cidade de Porto Alegre.

Acreditamos que o entendimento da dimensão política de uma determinada sociedade passa não somente pelo processo formal mas, também pela percepção dos códigos culturais que essa articula acerca do poder. Entendemos que as representações que determinada sociedade constrói e dissemina no seu imaginário social sobre o jogo político, apontam para as formas como essa dimensão é socialmente apreendida. Da mesma maneira, o entendimento das práticas socialmente legitimadas nos apontam para as possibilidades de ação política de seus membros.

Nossa reflexão, portanto, parte de um olhar da história cultural³ – das representações e práticas sociais articuladas – sobre o fenômeno do político, sobre os mecanismos de poder disseminados no imaginário social. Dito em outra ordem, desejamos observar o fenômeno do político no interior das relações sociais a partir do conceito de cultura. Procuramos estabelecer um diálogo entre os campos da história, uma vez que temos um recorte tempo-espaço, da antropologia, visto que tratamos de um fenômeno cultural e da ciência política, posto que estamos tratando de disputas de políticas no interior da sociedade.

Nossa metodologia, nesse texto, consiste na abertura de um ‘poço teste’ nos jornais da Segunda metade da década de 20. Com os dados dessa coleta parcial faremos uma contraposição com as conclusões que temos do estudo das representações e práticas sociais acerca da cidadania no momento da Proclamação da República. Agindo desta forma teremos presente alguns elementos sobre as práticas e representações existentes tanto no início quanto no fim da República Velha Gaúcha e isso nos permitirá traçar hipóteses que possam nortear uma futura pesquisa sobre o tema.

Com essa perspectiva dividimos esse artigo em quatro momentos: inicialmente faremos uma rápida abordagem sobre a utilidade do conceito de ‘cultura política’ para o entendimento do fenômeno do poder. Após, traçaremos um breve inventário dos principais elementos que compõem o imaginário político no momento de instalação da República. Depois apresentaremos alguns dados preliminares sobre a mobilização popular em torno das últimas eleições da década de 20. E, finalmente, estabeleceremos um quadro comparativo das práticas e representações sociais desses dois momentos históricos distintos na busca de permanências e/ou rupturas no campo simbólico.

² GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p.23.

Cultura política: o poder entre práticas e representações sociais

As diferentes disciplinas das ciências humanas tem vivido nas últimas décadas um processo de múltipla influência. Após décadas fracionando-se e procurando definir fronteiras conceituais e epistemológicas os diferentes campos do saber que tem o Homem e suas relações sociais como objetos hoje buscam, no intercâmbio teórico, na troca de abordagens, no deslocamento de objetos um novo vigor para seus estudos.

Ruben Oliven destaca que a antropologia, tradicionalmente identificada ao estudo das sociedades simples, tem aberto cada vez mais linhas de pesquisa voltadas para o estudo das sociedades complexas. Tem se colocado a tarefa de refletir sobre as relações sociais estabelecidas nas sociedades urbano industriais.⁴ De maneira semelhante Marc Augé faz uma aproximação das metodologias e conceitos da antropologia aos da história para se fazer uma avaliação das questões do ‘tempo presente’⁵ colocando o instrumental teórico e metodológico dessa disciplina a serviço do entendimento da dinâmica social do mundo moderno.

De outra parte a história política, o mais tradicional dos ramos da historiografia, já não trafega apenas na listagem dos fatos marcantes de uma determinada comunidade. Tal tem sido a reflexão acerca dessa disciplina que René Rémond propõe a formação de uma ‘nova história política’ que, influenciada pelo intenso debate historiográfico e pela aproximação com outras disciplinas, tem incorporado para o seu campo novos problemas, objetos e métodos. Para ele tanto a descrição hermenêutica dos fatos políticos, que se prende a uma listagem dos acontecimentos significativos e de seus personagens, quanto a narrativa passional dos eventos que constrói um sentimento de aceitação ou de repulsa ao processo político, tem dado lugar a análises que buscam compreender as manifestações culturais articuladas pelas sociedades sobre o que seja o processo político.⁶

Nesse movimento de apropriação de novos temas e instrumentos analíticos, a história política se apropria do conceito de cultura da antropologia e articula a noção de ‘cultura política’. Tendo claro que cada sociedade articula representações e práticas sociais particulares para designar e entender o poder, essa noção torna-se um instrumento teórico que possibilita observar o imaginário social sobre a política.

“[difunde-se] o uso da expressão cultura política para designar o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilha-

Comentado [RdAP2]: Passam a ser percebidos como pertencentes ao campo político não apenas os fatos ligados a institucionalidade mas também as manifestações populares e atos de protesto que se fazem fora dessa ordem. Não somente o pensamento da elite mas ainda os projetos alternativos derrotados. Tanto os acontecimentos tal como se desencadearam como as representações e interpretações que dele se produziram.

3 HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

4 OLIVEN, Ruben George. *Antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1985.

5 AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos modernos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

6 RÉMONDE, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

dos pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômeno político.”⁷

A noção de ‘cultura política’, portanto, se faz uma ferramenta teórico-metodológica importante para que possamos observar e tratar analiticamente as representações e práticas socialmente articuladas sobre o poder. Sobre como os sujeitos históricos se comunicam, como estabelecem significações para os atos e enunciados políticos.

Já a abordagem desenvolvida pela ‘Nova História Cultural’ aponta para a investigação das representações e práticas sociais que cada sociedade articulava para interpretar o mundo no qual vive. Propõe-se que essas representações e práticas que povoam o imaginário social, produzidas e difundidas através de elementos simbólicos, interferem de maneira efetiva na prática social dos sujeitos. Como Pesavento julgamos que o imaginário social, longe de ser uma mera abstração, é elemento constitutivo da realidade concreta.

“Embora seja de natureza distinta daquilo que por hábito chamamos de real, é por seu turno um sistema de idéias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Logo, o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação. Nessa medida, a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de idéias-imagens que constituem a representação do real.”⁸

Vemos, então, que o imaginário social não só é um campo concreto das sociedades humanas como interfere no próprio processo político imediatamente observável. Como Claudia Fonseca e Andrea Cardarello vemos o ‘simbólico e o político como indissociáveis’⁹ posto que as formas simbólicas como nomeamos e classificamos o mundo material e, particularmente, o campo do político nos informam das nossas possibilidades de intervenção.

Devemos ter presente, ainda, que toda estrutura de poder cria representações sobre si mesma e procura difundir-la no seio da sociedade de para legitimar, no imaginário social, a sua existência e permanência no campo do real. Roger Chartier falando do antigo regime francês nos diz:

“É certo que as representações do poder soberano se insinuam em muitos dos textos e dos objetos que povoam o cotidiano da maioria. Pode pensar-se que são eles, melhor do que a série de imagens mais convencionais ou do que os escritos de circunstância, que modelam o amor dos povos

7 BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p.306.

8 PESAVENTO, Sandra Jatthy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*, V.15, n.29. p. 9-27, 1995. p. 16.

9 FONSECA, Claudia e CARDARELLO, Andrea. Direiots dos mais e menos humanos. In: *Horizontes antropológicos*. Ano 5, nº 10 p. 85.

pelos reis e cimentam a crença na autoridade dos príncipes. O conjunto destas representações constitui, sem dúvida, uma ‘cultura política.’”¹⁰

Como vemos, a noção de ‘cultura política’ nos permite a análise do espaço simbólico como um campo de disputa pelo poder político. Nos propõe que se perceba as representações sociais que o poder faz de si mesmo como um dos tantos mecanismos que ele articula para convencer a sociedade de sua legitimidade, de sua eficiência e, sobre tudo, da sua capacidade de se fazer respeitar.

Noutro sentido essa ferramenta teórica também pode ser utilizada para perceber elementos simbólicos produzidos pelos setores populares. A análise de René Rémond nos propõe que ‘cultura política’ “resume a singularidade do comportamento de um povo.” E, assim, “é um poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênio de um povo.”¹¹

Vemos, por tanto, que a história tem se valido das reflexões antropológicas para desvendar novos objetos e articular novas abordagens. Nesse sentido, a reflexão sobre cultura política não pode prescindir da própria noção de cultura. Debate rico e inconcluso na antropologia nos apropriaremos aqui das considerações de Clifford Geertz.

“A cultura consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidas, nos termos das quais as pessoas se fazem certas coisas como sinais de conspiração e se aliam ou percebem os insultos e respondem a eles, não é mais do que dizer que esse é um fenômeno psicológico, uma característica da mente, da personalidade, da estrutura cognitiva de alguém.”¹²

Como vemos, para este autor a cultura é uma rede de significados socialmente inteligíveis e passíveis de serem interpretados coletivamente. Cultura, nessa percepção antropológica, não são apenas as manifestações dos indivíduos mas ainda as interpretações e os significados sociais dados a essas manifestações. Em outros estudos, esse autor ainda se propõe a entender e interpretar diferentes saberes sociais como sistemas culturais. Para esse autor o ‘senso comum’, a ‘arte’, o ‘pensamento moderno’, o ‘saber local’ produzidos por sociedades complexas contemporâneas são ‘sistemas simbólicos’, passíveis de serem estudados e interpretados pelo antropólogo.¹³

Alguns estudos antropológicos que fazem essa aproximação entre cultura e política nos mostram o quanto é proveitoso esse olhar. Resultado de um seminário o livro *antropologia, voto e representações* ‘trata de indagar de que modo uma certa tradição

10 CHARTIER, Roger. Cultura política e popular. In: _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p.198.

11 RÉMONDE, René. Do político. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p.450.

12 GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p.23.

13 GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1999.

teórica e de pesquisa' pode contribuir para um entendimento mais amplo do processo político¹⁴. Em investigações recentes Antonádia Borges observa como um dado grupo social se choca e se apropria de uma prática política baseada no princípio da representação¹⁵, enquanto José Nascimento Jr. analisa as representações e práticas sociais utilizadas por um partido político para construir uma identidade política particular a partir da resignificação de signos e rituais de outros grupos políticos.¹⁶

A partir desse conjunto de referências entendemos 'Cultura política' não apenas como os discursos, os símbolos e as práticas produzidos pelo poder, ou pelos diferentes grupos sociais, na disputa pelo poder ou por sua legitimação social. Essa ferramenta teórica também nos aponta para o entendimento dos vieses pelos quais esses elementos são interpretados e resignificados pelos outros diferentes setores e grupos sociais de maneira a produzirem significados satisfatórios para seus interesses particulares.

Vemos que o conceito de 'cultura política' se faz largo e trata de diferentes fenômenos, carecendo, como toda construção teórico-analítica, de um consenso. Contudo, podemos traçar algumas considerações gerais a seu respeito. Como um conjunto de representações e práticas sociais a 'cultura política' de uma determinada sociedade é, ao lado dos grupos dominantes, o campo onde se pode investigar os mecanismos articulados para perceber e justificar relações de poder existentes. Paralelamente a isso, pode ser o *locus* onde cada grupo social, legitimando para si um conjunto de práticas sobre o político, articula uma resistência simbólica a esse poder instituído minando sua legitimidade social.

“Podemos pensar que a cultura política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de subculturas, isto é, por um conjunto de atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si. (...) É claro que essas nem são totalmente homogêneas entre si, nem constituem verdadeiras ilhas culturais; poderiam ser antes representadas por uma série de círculos parcialmente interseccionados, isto é, contendo núcleos de valores comuns a duas ou mais subculturas.”¹⁷

O que se destaca aqui é a possibilidade da coexistência de diferentes culturas políticas no interior de uma mesma sociedade tanto disputando a sua legitimidade quanto interferindo na rearticulação dos signos e significados socialmente legítimos. Nessa perspectiva, os signos do campo político não assumem uma única interpretação univer-

14 PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p.1

15 BORGES, Antonádia Monteiro. *'A cada passo': um estudo de redes e faccionalismo político num reassentamento de atingidos por barragem*. Porto Alegre, 1999. PPG- Antropologia Social/UFRGS.

16 NASCIMENTO Jr., José do. *A familiaridade com a política: representações e práticas na política, um estudo de caso do Partido Progressista Brasileiro - PPB - em Porto Alegre, 1996*. Porto Alegre, 1999. PPG- Antropologia Social/UFRGS.

salmente aceitos ou aplicáveis. Ao contrário, cada grupo social deles se apropria e os ressignifica de maneira a dar-lhes um novo sentido, particular e positivo.

Tendo presente essa circularidade cultural dos elementos simbólicos lançados no imaginário social a noção de ‘cultura política’ é um instrumental teórico que nos permite identificar como os diferentes grupos sociais percebem o processo político no qual estão inseridos. Mais que isso, nos permite observar quais os sentidos são potencializados em suas práticas políticas. Quando acessamos a ‘cultura política’ de uma sociedade temos condições de entendê-la, não apenas de seu vértice político ou de sua base social, mas, no diálogo que esses pólos estabelecem entre si.

A política, como de resto toda a vida social, é uma rede de significados culturalmente construídos. Entender o fenômeno político passa por rastrear, nos indícios deixados pelo passado, os significados atribuídos a esse processo.¹⁸ É preciso decifrá-los para não sermos por ele devorados.

A rua como cenário para a legitimação do regime republicano

A consolidação da República no Estado do Rio Grande do Sul não foi nada tranquila. Entre a data da proclamação – 15 de novembro de 1889 – e a outorga da Constituição Estadual – 14 de julho de 1891 – houve, na cidade de Porto Alegre, um sem número de mobilizações populares de caráter político. Podemos mesmo afirmar que nesse momento tudo era motivo para a população estar nas ruas manifestando sua opinião: são festas cívicas, convocadas por entidades de propaganda republicana em homenagem a personagens ilustres ou datas simbólicas, são passeatas e comícios em defesa de candidaturas ou projetos em disputa e tantas outras atividades públicas.¹⁹

Nesse período ocorreu uma intensa atividade associativista na cidade. O Clube Republicano, existente desde antes da instalação do regime, intensifica as suas reuniões e atividades de propaganda. Entidades de caráter classista e/ou étnico também se organizam e passam a expressar opiniões, a mobilizar significativos setores sociais da cidade.

Esse conjunto de eventos do passado, se vistos como fatos isolados pouco nos dizem dessa sociedade. Contudo, quando nos propomos a interpretar as práticas e repre-

Comentado [RdAP3]: “Do ponto de vista da interpretação dos acontecimentos políticos, a análise da cultura política de elites no poder e de elites na oposição tem uma importância absolutamente desproporcionada à sua força numérica. Basta pensar no papel que desempenham as elites na definição dos temas do debate político, em conduzir nesta ou naquela direção a opinião pública e, sobretudo, em tomar decisões de grande importância para a estruturação do sistema como, por exemplo, na formação de coalizões e, mais ainda, nas fases de reestruturação do sistema, quando ele se acha, por assim dizer, em estado fluido, como ocorre nos momentos de passagem de um regime para o outro, antes que novas instituições e novos grupos se consolidem.” Bobbio, 308.

17 BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília DF: Universidade de Brasília, 1992. p. 307.

18 A respeito do método indiciário: GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: _____ *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

19 O levantamento e análise do significado dessas manifestações se encontram em: PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas: a cidadania republicana em Porto alegre (1889-1991)*. Porto Alegre: 1988. Dissertação (Mestrado em História) - PPG-História/UFRGS.

sentenças socialmente articuladas pelos grupos sociais envolvidos podemos encontrar os elementos de uma cultura urbana particular. Nesse sentido, Ruben Oliven aponta-nos que o estudo antropológico dos grupos urbanos não é ‘da’ cidade, mas ‘na’ cidade²⁰. É o estudo das relações que se estabelecem nesse meio social. Paralelamente a isso Gilberto Velho lembra-nos que o estudo antropológico de sociedades complexas deve ter presente que nelas existe uma “heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas as bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas etc.”²¹

Desde os primeiros dias da república, as ruas de Porto Alegre tornam-se um espaço aberto e legítimo à manifestação política. Os jornais da época nos dão conta de que, tão logo a notícia da proclamação chega, a cidade é tomada por festejos populares e salvas de fogos. Eventos inicialmente promovidos pelos republicanos da cidade logo se expandem e são abraçados por outros setores sociais.

Um exemplo dessa mobilização é a passeata que ocorreu em 15 de dezembro de 1889 em comemoração ao trigésimo dia da República. Convocada pelos alunos da Escola Militar ela é logo encampada por outras associações representantes tanto de imigrantes e quanto de interesses classistas. Promove-se, então, uma numerosa passeata que circunda o centro da cidade e nos mostra que, desde cedo, as ruas da Porto Alegre republicana são tomadas como espaço socialmente aceito para a manifestação de interesses e opiniões políticas do cidadão.²²

Um segundo elemento das práticas políticas porto-alegrenses diz respeito ao uso dessas mobilizações como elemento de disputa dos diferentes grupos políticos. Em maio de 1890 o Partido Republicano Riograndense renunciou ao Governo Provisório no Estado e passou, tanto a chamar, como a apoiar uma série de mobilizações populares em repúdio à política econômica proposta pelo Governo Provisório da República. Isso seguiu ocorrendo até que uma dessas manifestações forçou a derrubada do novo governo local. Ou seja, através de habilidosas manobras o PRR faz ver, aos olhos do Governo Provisório, que sua autoridade e seu poder no Estado está legitimado na população de Porto Alegre e não no Rio de Janeiro.

Mas o Partido Republicano não detinha o monopólio da mobilização política na cidade. Mapeando essas mobilizações encontramos diversas associações preocupadas

20 OLIVEN, Ruben George. *Antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.13.

21 VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p.16.

22 O relato e uma avaliação do significado dessa passeata está publicado em: PACHECO, Ricardo de Aguiar. À recém-nascida República: a cidadania festiva no 30º dia da República. *Estudos Ibero-Americanos*. v.XXV, n.1, p.171-192, junho de 1999.

em fazer notar suas demandas políticas. Foi possível perceber a atuação de centros e clubes classistas e étnicos que reivindicavam seus interesses. Essas entidades promoviam reuniões e passeatas, postularam demandas à Assembléia Constituinte de 1890 e se faziam presentes nos atos políticos.

Aqui é preciso destacar que uma dessas associações foi capaz de articular uma nominata de candidatos para a Assembléia Constituinte Estadual 1891 enquanto que outra, ligada ao PRR, reivindicou a inclusão de um operário na chapa republicana. Tanto uma quanto outra foram capazes de elaborar e propor a sociedade uma pauta de interesses que desejavam ver garantidos na Constituição Estadual.

Vemos, nesse rápido esboço, que, em Porto Alegre, no momento de consolidação da República se manifesta uma ‘cultura política’ particular. Ou seja, se articula um universo de representações e práticas socialmente legítimas no campo político. Dessa ‘cultura política’ gostaríamos de destacar três elementos que julgamos serem significativos: a) a atuação política de diferentes entidades, agremiações e associações; b) o uso desse sujeitos coletivos como elemento definidor nas disputas entre os grupos políticos rivais; e c) a rua como espaço legítimo para a manifestação política das entidades e grupos sociais.

Mobilizações pré- eleitorais republicanas nos anos 20

Mantendo presente esses elementos característicos da mobilização popular nos primeiros momentos da República nos propomos, agora, a realizar uma investigação parcial sobre as características da mobilização pré-eleitoral ao final da República Velha Gaúcha. Pelas limitações deste artigo nos deteremos em observar as mobilizações prévias das três últimas eleições da República Velhas: a de 24 de fevereiro de 1927, para deputados federais e senadores da República; de 25 de novembro de 1927, para a Presidência do Estado; e de 1º de março de 1930, para a Presidência da República.

Nesse olhar novamente buscaremos uma aproximação entre os campos disciplinares da antropologia e da história evidenciando as relações que diferentes grupos sociais, localizados em um mesmo tempo-espacos estabelecem com a política, com o processo eleitoral. Tal como Marc Augé não percebemos estranhamento nessa aproximação mas sim complementaridade de olhares pois:

“as duas disciplinas estão (...) numa relação de proximidade que remete à natureza de seu objeto: o espaço enquanto matéria da antropologia, é

um espaço histórico; o tempo como matéria-prima da história é um tempo localizado e, nesse sentido, antropológico.”²³

Para nos aproximarmos desta sociedade e percebermos as práticas políticas dos seus grupos sociais estamos utilizando como fonte alguns Jornais do período. *A Federação*, órgão do partido republicano que, evidentemente, não pode deixar de ser consultado. A essa visão, obviamente comprometida com o governo, contrapomos outros periódicos como o *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo* tanto para validar as informações como para contestá-las. Isso, contudo, não esgota as fontes, pois existem outros periódicos e documentos do período ainda a serem consultados.

Por força das limitações deste artigo, o que apontamos aqui são estudos preliminares e conclusões provisórias sobre o tema proposto e não o esgotamento da questão. Um elemento que não nos deteremos aqui é a legislação eleitoral que orientava cada uma dessas eleições. Apenas lembramos que essa legislação não era unificada nesse momento. Cada Estado, bem como a União, tinham regulamentações próprias para seus pleitos. Uma outra questão não avaliada aqui será a fraude eleitoral. Sua ocorrência é tida como certa e seus mecanismos conhecidos pela historiografia,²⁴ contudo, como os contemporâneos interpretavam e se posicionavam diante deste artifício deve também ser objeto de investigação futura.

Eleição de 24 de fevereiro de 1927.

Não insistiremos sobre as características autoritárias e doutrinárias do Partido Republicano Riograndense já largamente debatidas na historiografia.²⁵ Mas aqui cabe ressaltar como *A Federação*, o jornal do Partido Republicano, informava a escolha dos candidatos a deputados e senadores que disputavam as vagas para a câmara federal em 24 de fevereiro de 1927 pela sigla:

Borges de Medeiros, o egrégio chefe do Partido Republicano, organizando a chapa dos nossos candidatos, houve-se, como em todos os seus atos, com o elevado espírito de justiça que dá as suas decisões força e prestígio incontestáveis.”²⁶

Esse extrato do artigo apresenta-nos com clareza como o Partido Republicano Riograndense tomava suas decisões. Mesmo após a Revolução de 24 – que abalou o

²³ AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos modernos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.14.

²⁴ TOLAROLLI, Rodolfo. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

²⁵ PINTO, Celi R.J. *Positivismo: um projeto alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. TRINDADE, Helgio. Aspectos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H. *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 119-192.

Estado e colocou em xeque a legitimidade do poder exercido pelo Partido Republicano – era o líder partidário que, com sua ‘justeza inquestionável’, apontava os candidatos do partido. Antes desse pronunciamento eram ouvidas as lideranças regionais, mas o que aqui destacamos, é o fato de serem, esses nomes, indicados pela pessoa ‘chefe republicano’²⁷ e não por uma instância partidária colegiada. Essa concepção e prática, por si só, já nos apontam os limites democráticos do partido. Não era o debate coletivo mas a liderança que, com sua característica personalista, decidia os rumos da agremiação.

Diante dessa percepção um fato nos parece curioso: em nenhum momento da campanha eleitoral Borges de Medeiros manifesta-se diretamente aos eleitores em defesa de seus candidatos. A tarefa de convencimento e mobilização do eleitorado estava a cargo dos quadros mais baixos do partido. Para realizar tal tarefa é posto em funcionamento uma extensa rede de entidades associativas. No final da década de 20 encontramos indicação da existência de mais de 15 clubes, centros ou grêmios republicanos em funcionamento na cidade de Porto Alegre.

A mobilização eleitoral dessas entidades pode ser percebida através da imprensa partidária que dava ampla cobertura às suas atividades. Isso, hoje, nos permite acompanhar um pouco das atividades de mobilização da época. Mas, também, é elemento de análise pois o destaque dessas atividades na imprensa nos evidencia a importância delas naquele momento histórico.

Uma amostra da capacidade de mobilização dessas entidades é o domingo anterior ao pleito de 24 de fevereiro de 1927. Nesses dias diferentes associações republicanas articulam um conjunto de atividades de campanha que impressionam tanto pela sua quantidade quanto pela diversidade.

O Grêmio Republicano Sinval Saldanha, situado no bairro Mont’serrat – na época zona nobre da cidade – organizou um coquetel; já o Grêmio Republicano Marcos de Andrade promoveu um churrasco para o operariado urbano; ao mesmo tempo o Grêmio Republicano Paim Filho realizou uma festa à Gaúcha; o Grêmio Republicano 14 de Julho promoveu um comício em sua sede; enquanto isso o Centro dos Operários Republicanos esteve o dia ocupado em aproveitar a inauguração da Praça Pinheiro Ma-

26 *A Federação*, Porto Alegre, 24 de janeiro de 1927, p.1.

27 Os textos da *Federação* usa expressões como ‘eregio’, ‘chefe’ ou ‘líder republicano’ para designar a figura política Borges de Medeiros. Esse termos por si já denotam a forma como esse personagem era encarado por seus correligionários e nos dão indícios da relação de poder que existia no interior do partido.

chado, em um bairro operário industrial da cidade, para propagandear as candidaturas republicanas.²⁸

Podemos observar que a militância republicana, organizada em diferentes associações, conseguiu promover diferentes eventos de propaganda política. Também que estas atividades estavam preparadas e voltadas para atender aos interesses de públicos de diferentes grupos sociais. As principais figuras do Partido, como o intendente Otávio Rocha, o vice José Montauray, o deputado Osvaldo Aranha percorreram a cidade em maratona pronunciando seus discursos hora para operários, hora para burgueses, hora para comerciantes. Como vemos, essas lideranças partidárias, mesmo sem os meios de comunicação de massa, foram vistas e ouvidas por diferentes grupos sociais em diferentes lugares.

Mas não eram apenas os ilustres que tinham voz nesses eventos republicanos. No churrasco oferecido pelo Grêmio Marcos de Andrade, um ‘operário’, apresentado pela reportagem como colega dos membros da platéia, fez uso da palavra para dar as suas considerações sobre o pleito:

“A seguir, falou o operário Juvencio Lima que, depois de várias considerações de ordem política, aconselhou seus colegas a necessidade de não se alistarem ao chamado Partido Trabalhista cerrando fileiras em torno da bandeira republicana, que tem feito a grandeza do Estado.”²⁹

Da mesma forma, no evento de inauguração da Praça Pinheiro Machado, que foi profundamente explorado pelos republicanos, teve espaço para o pronunciamento de representantes tanto dos operários quanto dos industriais:

“Depois da festa inaugural da nova Praça Pinheiro Machado, foi organizado no recinto da mesma, que estava completamente repleta um ‘meeting’ de propaganda para as eleições de 24 do corrente, tendo falado de baixo de gerais aplausos o Dr. Luiz Coelho da Silva, o industrialista Guido Mondim, o operário Orlando Araújo e Silva, pelo Centro dos Operários Republicanos, e o Sr. Philadelpho de Souza.”³⁰

Pelo que podemos perceber dessas atividades da mobilização eleitoral não são outros, senão os partidários, que tem a tarefa de mobilizar e convencer os eleitores. O papel das lideranças partidárias sem dúvida é importante mas, ocupadas em se deslocar de um local a outro, não são essas que organizam e promovem as atividades.

Para tal tarefa revestem-se de grande importância as agremiações republicanas. A quantidade e diversidade dessas entidades e atividades por elas promovidas nos apon-

²⁸ A Federação, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1927. p. 2.

²⁹ A Federação, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1927. p.2.

³⁰ A Federação, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1927. p.2.

tam para um envolvimento que não era apenas eleitoral, era cotidiano. Essas agremiações tinham diretoria eleita, dispunham de sedes próprias e uma vida pública que se estendia para além dos períodos eleitorais. Com esses dados podemos inferir a existência de uma rede de sociabilidade formadora de vínculos pessoais estreitos em decorrência da permanente mobilização dos republicanos para além dos períodos eleitorais.

Se existe a proeminência do grande líder, existe também a importância dos postos de direção de cada uma dessas agremiações, direção essa que se relaciona, num sentido, com as figuras maiores do partido criando vínculos e compromissos, e noutro, com o conjunto dos eleitores comuns, estabelecendo laços lealdade e sociabilidade. Se considerarmos o estudo de Claudia Guebel sobre a rede de sociabilidade que uma coordenadora de campanha estabelece no ‘tempo da política’ veremos esses espaços sociais são muito significativos na definição do voto dos indivíduos.³¹ As pessoas com quem andam, o grupo com o qual bebe no bar, são indicativos do posicionamento político que cada cidadão toma na hora do voto.

Pensando nesses eventos – e outros que não vamos aqui descrever – do período eleitoral de fevereiro de 1927 nos chamam a atenção para algumas questões. Podemos supor que o PRR, tal como no início da República, seguiu promovendo mobilizações de caráter popular como estratégia para legitimar suas candidaturas e projetos definidos autoritariamente. Para viabilizar essa estratégia de constante mobilização do eleitorado, o PRR articulou uma rede de agremiações capaz de aglutinar um sem número de apoiadores, eleitores e partidários.

Criam-se lugares de sociabilidade política onde os diversos indivíduos aí envolvidos estabeleceram tanto laços de solidariedade quanto canais de expressão de suas demandas. A investigação desses espaços de sociabilidade pode-nos indicar algumas características da cultura política particular existente na cidade de Porto Alegre.

Comentado [RdAP4]: Se assim for, podemos propor que essas agremiações tenham sido não só um mecanismo de mobilização mas também as estruturas de base do partido, as estruturas que davam organicidade ao partido.

Eleições de 25 de novembro de 1927

Em 25 de novembro de 1927 ocorreu a eleição para a Presidência do Estado. Em função da conjuntura política do período pós 24, a oposição liberal ao PRR não apresentou candidato³². Getúlio Vargas, como candidato republicano, não tevepositor no

31 GUEBEL, Claudia. O bar de Tita: política e redes sociais. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p.73-84.

32 Sobre a crise dos anos 20 e o jogo político dessa sucessão ver: VIZENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

pleito. Contudo a mobilização eleitoral promovida pelo PRR não foi menor do que nos pleitos anteriores.

A Federação segue publicando convites para as atividades das diferentes associações. Acompanhando essa programação vemos que os eventos não mais colidem. O motivo dessa mudança fica claro em nota publicada no Diário de Notícias pelo Centro Republicano Marcos de Andrade.

“De acordo com a criteriosa escala organizada pela digníssima comissão executiva central, do Partido Republicano desta capital, tendo cabido ao nosso modesto ‘grêmio’ a honrosa missão de encerrar a série de comícios de propaganda das candidaturas (...) temos o máximo prazer em convidar a nossos associados e correligionários, em geral, para assistirem a solenidade.”³³

Pelo que aqui é apresentado, a comissão executiva do partido julgou oportuno disciplinar as atividades de campanha. Podemos perceber a existência de uma comissão organizadora das atividades das diferentes associações. Essas, portanto, não agiam isoladamente mas sim sob o controle da direção partidária. Ou seja, essas entidades embora autônomas estavam subordinadas a uma estrutura de poder partidária o que, sem dúvida, limita o grau de espontaneidade dessas entidades.

Ao lado disso, o que tantas outras notas d’A Federação nos deixam ver é a frieza com que são tratados os candidatos republicanos. O destaque no jornal do Partido é todo dado ao Presidente que sai. Cada um de seus atos de despedida do cargo é registrado e em cada manifestação de propaganda ele é saudado. Ou seja, a direção partidária dá à eleição uma importância menor diante da afirmação de obediência ao chefe do partido.

Mas em meio a tantos eventos há um momento que nos chama a atenção em particular. Esse refere-se as comemorações do 15 de novembro.

“Durante o dia, houve embandeiramento geral, não só nos estabelecimentos públicos como nos quartéis, consulados, associações, navios surtos no porto, etc. e, a noite, iluminação à fachada das repartições.”³⁴

Nesse período eleitoral a data cívica é aproveitada pelo Partido Republicano para mobilizar a seus partidários e reafirmar tanto a sua candidatura quanto a lealdade ao líder partidário. Para esse dia foi programada uma série de atividades comemorativas tais como: jantares, desfile de estudantes e um páreo especial no jôquei clube. Cada uma dessas atividades, evidentemente, dirigia-se à mobilização de um determinado público. E, julgando pelo controle que a comissão central fazia sobre as associações, podemos

³³ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 de novembro de 1927. p. 2.

³⁴ *A Federação*, Porto Alegre, 16 de novembro de 1927. p.1.

pensar que esse turbilhão de eventos políticos em uma mesma data cívica às vésperas de uma eleição não era obra do acaso.

Nesse conjunto de atividades, aquela que mais nos interessa é a passeata promovida pela Liga dos Operários Republicanos. Atendendo a convocação prévia, um conjunto de manifestantes, presumivelmente operários, concentraram-se em frente ao palácio da Intendência Municipal. É bom lembrar que este é o centro comercial de Porto Alegre e ali estão os terminais das linhas de bonde que chegam da periferia. Também lembramos que essa praça era o local de concentração das mobilizações operárias do início da República.

“Falou então das escadas do Palácio Municipal, o Dr. Pedro Fontoura Freitas, membro da comissão jurídica da Liga, explicando os fins da reunião que era, aproveitando a data de 15 de novembro, homenagear os Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, e João Neves da Fontoura, candidato a vice-presidência.(...) rumaram os manifestantes para o palácio do governo, puxados por uma banda de música da Brigada Militar e empunhando fogos e bengalas.”³⁵

Com esses propósitos, a manifestação partiu rumo ao Palácio do Governo do Estado, percorrendo as ruas do centro da cidade acompanhada da banda da Brigada Militar e de fogos de artifício. Ora. Esses manifestantes estavam atravessando o centro comercial da cidade no maior barulho. Com banda e foguetes certamente não passaram despercebidos. Uma mobilização desse porte não tem como não causar transtornos na vida urbana, contudo, não foi registrada na imprensa nenhuma reclamação nesse sentido o que nos evidencia a aceitação social desse tipo de mobilização política.

Chegando ao palácio um orador anônimo, em meio a multidão, saudou o Presidente do Estado. Esse respondeu discursando para a multidão lembrando que o Partido Republicano era o verdadeiro defensor da causa operária. Nesse gesto o chefe republicano está reconhecendo a manifestação popular como um agente político. A mesma aceitação que os jornais externam ao relatar o evento. A mesma aceitação que, podemos supor, havia na sociedade porto-alegrense.

Desses eventos podemos apontar alguns elementos importantes. Novamente a capacidade de mobilização das associações republicanas fica evidenciada. Depois, a capacidade destes converterem as festas cívicas em eventos partidários valendo-se da multidão como elemento de legitimação do seu projeto político particular.³⁶

³⁵ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16 de novembro de 1927. p. 2.

³⁶ Sobre o conceito de multidão como um grupo de contato direto que se mobiliza a partir de interesses pontuais e imediatos ver: RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

Devemos observar, ainda, que, nesses acontecimentos, a rua é tomada como espaço legítimo para o operariado da cidade manifestar seus interesses políticos. Aqui são os republicanos que estão dirigindo o evento mas, a aceitação com que a imprensa o trata e a visão positiva como ele é descrito nos permite vislumbrar que essa era uma prática política legítima e socialmente aceita pela população de Porto Alegre. Ou seja, como nos primeiros anos da República a rua segue sendo um espaço para a mobilização e manifestação política da população de Porto Alegre e o PRR segue potencializando essas manifestações para legitimar seu poder.

A reflexão mais apurada sobre essas manifestações pode-nos levar a perceber como os diferentes grupos sociais de uma determinada sociedade se apropriam dos mecanismos instituídos pelo poder político. Tal como Antonádia Borges, ao estudar as disputas políticas de um reassentamento rural, julgamos que as comunidades se apropriam das práticas e instituições políticas a eles ofertadas de forma particular e diferenciada àquela proposta para “minimizar a velocidade das mudanças que lhes vinham sendo impostas”.³⁷

Deduzimos daí que os indivíduos presentes nessas manifestações, ainda que inseridos numa posição subordinada dentro do jogo político, agem de maneira a defender interesses próprios ocultos e/ou inconfessáveis publicamente. É com a identificação e interpretação dos significados sociais atribuídos a essas práticas sociais que podemos avaliar os motivos que levam esses grupos sociais a participarem dessas práticas políticas.

Eleição de 1º de março de 1930

Momento de cisão da política dos governadores, a eleição presidencial de 1930 já é apontada pela historiografia como de forte mobilização eleitoral.³⁸ Em Porto Alegre, berço da candidatura oposicionista, não poderia ser diferente. Contudo, o que nos interessa, nesse momento, é perceber quais foram as características gerais dessa mobilização eleitoral e em que medida elas se aproximam das mobilizações anteriores. Seria excessivo descrever a totalidade das manifestações populares dessa campanha, uma vez

³⁷ BORGES, Antonádia Monteiro. *'A cada passo': um estudo de redes e faccionalismo político num reassentamento de atingidos por barragem*. Porto Alegre, 1999. PPG- Antropologia Social/UFRGS, p.98.

³⁸ Sobre a mobilização política no Rio Grande do Sul ver: LOVE, Joseph. A última crise. In: _____. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 233-262. Sobre o quadro brasileiro, ver ainda: FAUSTO, Boris. Fração de classe e sua intervenção no episódio revolucionário. In: _____. *A Revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 29-46. CARONE, Edgar. De Washington Luís a outubro de 1930. In: _____. *Revoluções no Brasil contemporâneo*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 65-83. DECCA, Edgar de. A questão democrática e o partido dos trabalhadores. In: *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.183-205

que são muitas, praticamente diárias. Optamos por nos afastarmos das eleições e observarmos a convenção liberal que ocorreu seis meses antes.

A convenção da Aliança Liberal, que indicou Getúlio Vargas à presidência da República, realizou-se dia 20 de setembro de 1929 no Rio de Janeiro. Essa data, por si só é extremamente significativa para o povo gaúcho pois evoca a epopéia farroupilha tão cara a memória regional. Não investigamos como se definiu essa data para a convenção liberal mas, a julgar pelos usos que o PRR fazia das datas cívicas, podemos propor que essa escolha não foi aleatória e objetivou potencializar a mobilização popular.

E de fato. Com data tão emblemática a população de Porto Alegre não se furtou ao direito de também programar uma manifestação de sua satisfação pela candidatura. Diferentes entidades programaram uma grandiosa manifestação de rua para esse dia. Essa, porém, foi adiada em virtude do mau tempo e só se realizou no dia 22 de novembro – domingo seguinte à data da convenção. Não esqueçamos que quando da Proclamação da República as diferentes associações de Porto Alegre também saem às ruas para celebrar.

Pelos relatos dos jornais desses dias sabemos que houve, nesse domingo, pelo menos três pontos de concentração popular. Um junto à Intendência municipal, de onde um grupo de manifestantes partiu, cruzando o centro da cidade, rumo ao Palácio do Governo estadual. Na praça, em frente ao palácio, outro grupo se concentrava junto a duas bandas e ao estourar de fogos. As reportagens ainda nos dizem que ai chegavam automóveis vindos de outro ponto, não determinado, da cidade.

“(…) não se tratava de uma vibrante multidão partidária: era todo um povo, que, através de suas energias vitais, se concentrava para ratificar, com a sua inteligência e a sua sensibilidade, a proclamação das candidaturas(…)”³⁹

Designar essa pessoas apenas como povo não bastou para o nosso cronista e tão pouco nos basta hoje. É preciso ler algo mais para se ter a noção do significado social dessa manifestação. A Intendência Municipal, como local de concentração, já pode ser um indicativo. Como apontamos antes no início da República esse local foi tradicionalmente usado para a concentração dos trabalhadores da cidade⁴⁰. Noutro ponto, a presença de numerosos veículos junto ao Palácio do Governo estadual apontam-nos para um público com outro perfil. Ter carro era, a esse tempo mais do que hoje, um si-

³⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24 de setembro de 1927. p. 2.

nal de status e de poder econômico. Podemos, portanto, supor que tanto os endinheirados como os trabalhadores urbanos estavam presente nessa manifestação.

Mas ao designar as entidades que chegam à manifestação em passeata essa fonte nos revela elementos mais explícitos sobre seus participantes:

“Após vinham a grande comissão do Comitê Central, comissões e delegações de todos os comitês de propaganda eleitoral, dos clubes políticos, associação comercial, Associação dos veteranos, Club Caixeral, Associação de Empregados no Comércio, Clubes políticos, Associação Condesportiva, representantes do alto comércio, das indústrias, operários, militares, representantes dos nossos estabelecimentos de ensino superior, médicos, advogados, engenheiros, estudantes e povo em geral.”⁴¹

Considerando os perfis dessas entidades podemos propor que o leque social dessa manifestação foi muito amplo, tendo representante de distintos grupos sociais. Do operário ao industrial, do comerciante ao comerciário, dos estudantes aos mestres, dos militares aos civis. Nas palavras do cronista, ‘era todo um povo’.

Todas essas pessoas reunidas nas ruas, um espaço público, estavam unidas por um interesse bem presente. Era uma ‘multidão’ que desejava manifestar seu apoio político à candidatura liberal. Podemos apontar que a multidão é um sujeito político legítimo na sociedade porto-alegrense de então e que as ruas e praças eram o seu palco de atuação. Podemos perceber que diferentes grupos sociais consideram legítimo utilizar a rua para se manifestarem politicamente. Também a imprensa, ao tratar tão aberta e positivamente esse evento, está mostrando a aceitação que dessa prática política. Ou seja, podemos inferir que a sociedade porto-alegrense considera as ruas e praças como um espaço legítimo para a manifestação de opiniões e interesses políticos.

Outro elemento a considerar nessas mobilizações é o seu caráter ritualístico. Tal como José do Nascimento Jr. que analisa a convenção de um partido político julgamos que os elementos simbólicos que habitam o momento e os espaços do político são catalisadores dos interesses que ali estão colocados.⁴² Com a interpretação desses símbolos e o decifrar desses códigos podem-nos apontar para os sentidos da mobilização política, elucidando as motivações que levam esses grupos sociais a participarem desses momentos.

40 Local onde estavam os terminais de diversas linhas de bonde é um espaço de circulação e concentração dos trabalhadores da cidade. Lembre-mos que esse tem sido o local escolhido pelas entidades operárias para as suas atividades já na Proclamação da República.

41 *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24 de setembro de 1927, p. 2.

42 NASCIMENTO Jr., José do. *A familiaridade com a política: representações e práticas na política, um estudo de caso do Partido Progressista Brasileiro – PPB – em Porto Alegre, 1996*. Porto Alegre, 1999. PPG- Antropologia Social/UFRGS.

Uma cultura política de mobilização

Pelo que hora percebemos das práticas de mobilização eleitoral ao final da República Velha podemos apontar três características que, comparadas com aquelas identificados no início da República, nos evidenciam certos traços de continuidade: a) uma intensa vida associativa dos membros do Partido Republicano em torno de agremiações; b) uma constante mobilização popular através de comícios, festas e passeatas como práticas de legitimação das candidaturas e programas políticos propostos; c) o uso de espaços e festividades públicas para a mobilização e manifestação dos interesses políticos dos grupos sociais urbanos.

Essas permanências nas práticas políticas dos diferentes grupos sociais urbanos nos dão indícios da existência de uma rede de significados socialmente estabelecidos para o entendimento da dimensão política durante a República Velha em Porto Alegre. Ou seja, eles nos evidenciam que essa comunidade percebe, interpreta e atua no campo político de uma maneira particular. Aponta, portanto, para os elementos característicos de uma ‘cultura política republicana’ existente em Porto Alegre.

Um primeiro elemento significativo dessa ‘cultura política’ foram as agremiações republicanas que funcionavam paralelas ao Partido, tanto no início da República como ao final dos anos 20. Elas incluem na vida política da cidade um leque social maior que os membros do partido. Entre o Clube Republicano dos distritos abastados da cidade e o Grêmio Republicano Operário estendia-se uma rede de sociabilidade que englobava agentes sociais muito distintos.⁴³ Cada uma dessas agremiações tinha claro o seu público e organizava atividades específicas para mobilizar esse eleitorado. Assim, tínhamos o coquetel para uns e a churrascada para outros; usava-se o jôquei clube para alguns e as praças públicas para outros.

Não foi objeto de análise deste trabalho, mas sabemos pela historiografia, que durante esse período existia na cidade uma série de outras entidades que também procuravam ter uma atuação política. É o caso tanto da associação comercial como de outros setores produtores, que representavam os interesses da elite econômica da cidade.⁴⁴ Além dessas, havia sociedades mutualistas que articulavam estratégias de solidariedade e ajuda mútua entre os imigrantes e os operários. São ainda os sindicatos, a Federação

⁴³ A noção de agente é desenvolvida por: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

⁴⁴ Sobre a organização do empresariado gaúcho ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) e o próprio Partido Comunista, que articulavam o operariado na defesa da classe.⁴⁵

Todas essas entidades, em menor ou maior grau, exerciam atividades de caráter político e, arrematando os não republicanos, articulavam as mesmas práticas políticas. Eram consideradas como agentes políticos legítimos, tanto para mobilizar seus integrantes como para pronunciar-se em nome da coletividade que representam. Essa prática aponta-nos para uma percepção social de que a política devia ser tratada coletiva e não individualmente. Eram essas entidades sujeitos importantes da cena política porto-alegrense, tanto para o Partido Republicano como para os demais setores urbanos.

Um segundo traço de continuidade da cultura política republicana é a mobilização popular como fator de definição das disputas políticas. Contudo, eram as agremiações e não o Partido que cumpriam o papel da convocação política da sociedade porto-alegrense, tanto no momento de defesa do regime republicano, logo após a proclamação, como nas campanhas eleitorais, ao final da década de 20.

Para essas mobilizações foram utilizados diferentes artifícios. O civismo é um dos elementos importantes do pensamento positivista do PRR e, por isso, a importância das datas comemorativas. Contudo, o conteúdo dados a esses eventos nos períodos eleitorais evidencia-nos o uso que o Partido Republicano fazia desses momentos. Misturando o partido com o regime de governo, as manifestações em regozijo da República são capitalizadas como atos de apoio ao Partido e de legitimação tanto de seu programa como de seus candidatos.

Não é nosso objetivo aqui observar mais amplamente as mobilizações populares da cidade, mas cabe-nos destacar que a população de Porto Alegre também usava as ruas e praças para manifestações coletivas em eventos não políticos. Isso ocorreu, por exemplo, na passagem do avião italiano de Pinedo pela cidade na sua viagem de travessia oceânica.⁴⁶ Ou nas atividades religiosas, como a festa do divino, que reunia na praça, em frente ao palácio do governo estadual, a população da cidade. Ou ainda, na festa pagã do entrudo.⁴⁷ Esses eventos colocam-nos a familiaridade da sociedade porto-

45 Levantamento sobre o movimento grevista do período em: PETERSEN, Sílvia R. Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto. p. 93-118.

46 *A Federação*, Porto Alegre, 2 de março de 1927.

47 Sobre as festas populares em Porto Alegre ver: SPALDING, Walter. Festas religiosas e populares. In: *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 235-238.

alegrense com os espaços públicos o que nos possibilita pensar na transposição de práticas de uma cultura popular para o campo político.⁴⁸

Esse terceiro elemento, o uso do espaço público para as práticas políticas é, sem dúvida, o traço mais distintivo dessa cultura política republicana em Porto Alegre e esse nos parece ser “o melhor fruto que dela se pode tirar.”⁴⁹

Nos causa estranhamento ver a rua como espaço socialmente legítimo para manifestações em uma estrutura política caracterizada como autoritária, como é a República Velha. Mas aqui, como percebemos antes, isso apenas ocorreu mas também foi abertamente utilizado pelo PRR para legitimação de seu poder. Nos momentos de disputa eleitoral eram os comícios, as passeatas, as comemorações cívicas – além da fraude – que garantia o resultado e sua legitimidade. Mas, no início da República, houve mesmo o enfrentamento com as forças policiais e com o poder estabelecido quando o Partido estava fora do governo.⁵⁰

Entendendo a cultura política como um conjunto de signos que podem ser resignificados pelos diferentes grupos sociais não podemos tomar os manifestantes por mera massa de manobra do PRR. Os que ali se encontravam estavam formando uma ‘multidão’, indivíduos ligados por algum interesse pontual e objetivo,⁵¹ por algum elemento que ainda não podemos determinar mas que precisa ser investigado. Estavam constituindo um agente político coletivo legítimo para aquela sociedade.

Ali estavam, sim, os partidários. Mas junto a esses estavam entidades autônomas como a Associação Comercial da cidade, entidades mutualistas de imigrantes e representações operárias que tinham sua autonomia em relação ao partido. Logo, é importante verificar os sentidos e significados que esses diferentes grupos sociais atribuíam a estas práticas e representações políticas.

Pelo que hora percebemos desse fenômeno social podemos propor que a cultura política republicana, que se articulou na sociedade porto-alegrense estava baseada na mobilização popular de rua através das entidades representativas. Ou seja, é possível perceber a articulação de um conjunto de representações e práticas sociais que justificavam e legitimavam a formação de entidades representativas, a mobilização política popular e o uso das ruas e espaços públicos para o exercício do político.

48 Estudos que mostram essa resignificação de elementos da cultura popular estão em: DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro, 1986. Ver também CHAUL, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1997.

49 Carta de Pero Vaz de Caminha. In: CALDEIRA, Jorge. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. (CD ROM).

50 FRANCO, Sergio da Costa. O Governo Júlio Prota. In: _____ *Júlio de Castilhos e sua obras*. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996. p. 67 – 74.

51 RUDÉ, Gorge. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

Tendo esses elementos como hipóteses explicativas poderemos agora iniciar um trabalho de pesquisa que amplie essa investigação sobre a cultura política republicana ao longo da Primeira República. Nessa investigação teremos como tarefa mapear a rede de significados que os diferentes grupos sociais urbanos articularam para codificar e decifrar o processo político. Aqui tratamos basicamente do Partido Republicano Rio-grandense e suas estratégias de mobilização eleitoral em Porto Alegre, mas no desenvolvimento da pesquisa, cabe, ainda, observar os outros grupos políticos, como a dissidência republicana, a oposição liberal e o movimento operário.

É preciso fazer uma varredura a ‘contra pêlo’⁵² no passado, buscando junto à documentação do período outras manifestações sociais de caráter político e perceber em que medida elas afirmam ou contestam as conclusões iniciais que hora levantamos. Com essa abordagem teremos um olhar mais abrangente sobre o jogo político da República Velha e, quiçá, entenderemos melhor a cultura política local que hoje, como antes, se mostra tão particular.

52 BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de História. In: ____ *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.